

## **História e cultura: usos e abusos em turismo \***

*Historia y cultura: las aplicaciones y los abusos en turismo*

*History and culture: the uses e abuses of the on tourism*

Renata Maria Tamaso \*\*

Professora na Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo

Rua Antonio A. Antunes, n. 20 - Vila da Faculdade

CEP 13 990 -000 / Espírito Santo do Pinhal - SP

E-mail: renatamaria@uol.com.br

### **Resumo**

Este texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões desenvolvidas no Grupo de Estudos *Cultura e Fronteiras*, junto ao Laboratório de Geografia Humana do IESA/UFG. Ao longo de um semestre tivemos a oportunidade de colocar em pauta assuntos relacionados à utilização de bens históricos e culturais em atividades turísticas. Nesse espaço, buscamos ainda pensar as políticas públicas como instrumento essencial para a preservação e sustentabilidade de heranças históricas e culturais, assim como das tradições locais, regionais ou nacionais. Nossa intenção aqui é, portanto, criar um novo momento para debates e, sobretudo, encontrar saída para os usos e abusos dos bens patrimoniais – histórico-culturais - em turismo.

**Palavras-Chaves:** bens histórico-culturais, turismo, preservação, planejamento

### **Resumen**

Este texto tiene como objetivo para presentar algunas reflexiones desarrolladas en el grupo de estudios *Cultura y Fronteras*, al lado del Laboratorio del est Humano de la Geografía del IESA/UFG. El largo de un semestre tenía la que colocar en los temas de la pauta relacionados con el uso de bienes históricos y culturales en actividades turísticas. En este espacio, todavía buscamos para pensar la política pública como instrumento esencial para la preservación y el sustentabilidade de herencias históricas y culturales, así como de las tradiciones locales, regional o nacional. Nuestra intension aquí es, por lo tanto, de crear un nuevo momento para los discusiones y, sobre todos, de encontrar la salida para las aplicaciones y los abusos de los bienes patrimoniais - histórico-culturales - en turismo.

**Palabras-Llaves:** bienes histórico culturales, turismo, preservación, planificación

---

\* Texto elaborado a partir das reflexões no GE *Cultura e Fronteira* com Coordenação dos Professores Doutores Eguimar Chaveiro e Renata Maria Tamaso, colaboração da Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida e participação de pós-graduandos e professores do Curso de Geografia/IESA/UFG.

\*\* Doutora em História (Unesp/Assis) e Especialista em Planejamento e Marketing Turístico (Senac/ Águas de São Pedro).

### **Abstract**

This text has as target to present some developed reflections in the Group of Studies Culture e Frontiers, together to Laboratory of Human Geophaglia of IESA/UFG. By a semester we had the opportunity of nest guide-lines business deal related to utilization of historic commodities e culturals on touring activities. In that space, still search to think the political communal as essential instrument for the conservation e sustaintable of heritages historicals e culturals, as well as of the local traditions, sectional or national. Ours intention here is, therefore, to create an unused moment towards pleading e, topcoat, come across exit for the uses e abuses of the patrimonial legacies – historical-cultural - on tourism.

**Keywords:** historical-cultural heritages, tourism, preservation, planning,

*A cidade cultural é um dos espaços mais vivos que hoje confirmam nossa paisagem coletiva. É o espaço da língua, da sensibilidade, das atitudes vivas do lazer e da comunicação. As mais-valias que se possam criar não têm comparação com as que incidem no preço de qualquer outro produto. Em contraste com o que ocorre em outros setores da vida social, as forças que incidem na estruturas culturais são muito mais variadas e democráticas das que influem no urbanismo, na saúde, na educação, etc. (Martinell, 2003, p. 104)*

### **Introdução: viajando por entre fronteiras disciplinares**

Viajando por lugares distintos e paisagens diversas, podemos nos transportar para épocas tão longínquas quanto a história nos permite. A importância da história, contudo, não está apenas nos momentos de revisitação a um passado distante que ela nos permite desvendar, mas, sobretudo, porque ela faz parte da dinâmica do presente de quem almeja um futuro próspero.

História e cultura são objetos intrínsecos cujos valores durante muito tempo foram negligenciados, principalmente, quando analisados e interpretados separadamente. Não estou afirmando com isso que um não sobreviveria sem o outro. Mas, que o estudo de um considerando os significados do outro possibilita a ambos um leque de elementos argumentativos de análise, isso não tem dúvida !

A busca de ampliação não apenas nos objetos, como nos temas e métodos de análise na História faz parte de um movimento na disciplina histórica conhecido como

História Nova, cujo berço encontra-se na *École des Annales* (Lê Goff, 1990; Martin, 2000). Sobre isso Hervé Martin afirma:

Depois da fundação dos *Annales*..., o historiador quis-se e fez-se economista, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista... A História é, se se pode dizer, um dos ofícios menos estruturados da ciência social, portanto um dos mais flexíveis, dos mais abertos... A História continuou, dentro desta mesma linha, a alimentar-se das outras ciências do homem... há um história econômica..., uma maravilhosa história geográfica..., uma demografia histórica...; há mesmo uma história social... Mas se a história onipresente põe em causa o social no seu todo, é sempre a partir deste movimento do tempo... A História dialética da duração... é o estudo do social, de todo o social; e portanto do passado e portando também do presente. (Martin, 2000, p. 131)

A História Nova possibilitou aos historiadores ultrapassar as fronteiras da ciência histórica e arriscar-se por caminhos - ou atalhos - teórico-metodológicos que lhes permitiram alcançar uma história mais rica em emblemas e sinais, práticas e representações (Ginzburg, 1990; Chartier, 1982; De Certeau, 1994,1998).

A contribuição da Antropologia, da Sociologia, Psicologia, Geografia, Lingüística, Semiótica, etc, nesse arriscado ultrapassar de fronteiras, possibilitou o que alguns teóricos passaram a chamar de interdisciplinaridade, e mais atualmente, multidisciplinaridade (Schwarcz; Gomes, 2000).

Apesar dos argumentos utilizados tanto por historiadores, quanto por antropólogos para defender os campos isolados de cada uma das ciências em questão, o que percebemos é o desenvolvimento de inúmeros estudos históricos que utilizam interdisciplinaridade. Basta lembrarmos alguns que - ou por meio do método, ou da temática e objeto estudado, ou por embasamento teórico - afirmam a importância da transposição das fronteiras disciplinares, entre eles: Roger Chartier (1982), Robert Darnton (1986), Michel de Certeau (1994), Carlo Ginzburg (1990), etc <sup>1</sup>.

Contudo, foi a Antropologia que mais elementos teórico-metodológicos ce-  
deu à outras disciplinas, principalmente, por meio da Antropologia Cultural, o que deu bases para a constituição de linhas de análise que têm em objetos culturais seu foco principal, entre eles a História Cultural e a Geografia Cultural.

Para além das especificidades de cada uma dessas disciplinas, a cultura - objeto cujo campo específico de investigação sempre coube aos antropólogos -, foi o elo que possibilitou o desbravamento, por meio da interdisciplinaridade, de regiões frontei-

---

<sup>1</sup> Obras citadas na Bibliografia.

riças ou como quer Lilia M. Schwarcz (2000, p.31) “locais intermediários e de difícil definição”.

Segundo Ailton J. Agostini (2000, p.34) na transposição de fronteiras entre diversas ciências devem ser consideradas suas especificidades, mas tal movimento é uma experiência importante. Para ele, o movimento contemporâneo de estreitamento de distância entre História e Antropologia, por exemplo, demonstra que “o encontro é sempre mais rico do que o isolamento”.

Estas disciplinas – História e Antropologia, juntamente com a Geografia -, seus objetos e métodos, foram a base de encontros quinzenais que contou com a rica participação de profissionais das mais diversas áreas, quais sejam: geografia, história, turismo, administração, ciências sociais, etc.

Nesses encontros, o espaço da sala de aula nos foi extremamente enriquecedor, na medida em que possibilitou-nos uma experiência dialética por meio dos debates e reflexões propostas. Como afirmou Nilma L. Gomes (2000, p.10) relatando experiência semelhante vivenciada pela Profa. Lilia Schwarcz em 1998 na USP: “uma sala de aula não é qualquer lugar nem a relação com o conhecimento é qualquer relação. São antes de tudo, relações humanas, encontros e desencontros entre o eu e o outro”.

Dessa nossa experiência surgiu-nos a necessidade de levarmos a público alguns temas que se tornaram recorrentes nos debates dados no espaço interativo da sala de aula, como: bens históricos e culturais, tradição, folclore, preservação, planejamento, sustentabilidade, etc. Por meio deles, buscamos estreitar os laços entre história, cultura e geografia e atravessar ainda os limites entre estes e seus usos em turismo.

A cultura, como elemento constituinte de toda e qualquer sociedade é também elemento significativo para a sua compreensão. Compreendendo seus mitos e ritos, suas práticas e representações, seus símbolos e seus códigos, conhecemos melhor o *outro* – sua história -, conseqüentemente, nós mesmos (Todorov, 1999, p. 302).

Falamos aqui de valores culturais que são construídos historicamente, “no jogo concreto das relações sociais”; valores que operam historicamente e que, assim como a própria cultura, se transformam sem cessar (Meneses, 1999, p. 93). Ou seja, o papel e a importância da cultura na constituição das sociedades são indiscutíveis.

Segundo Marshall Sahlins (2006, p. 19) “o diálogo entre coletivo e individual, estrutura e evento, categoria e prática indica que a continuidade da ordem cultural é um estado alterado produzido por contingências da ação humana”, ou seja, dos sujei-

tos históricos. Isso, entretanto, não significa que os resultados históricos sejam prescritos ou determinados pela cultura, mas apenas que esta organiza a história.

Para Agostini, a experiência da interdisciplinaridade é importante já que por meio dela podemos redimensionar o jogo da alteridade. Ou seja: “só por meio de um novo conceito de diferença que se pode compreender a mútua relação entre história e cultura” (2000, p. 48). E ainda afirma: “... o conceito de diferença deve ser forjado no distanciamento, por um lado, da voga culturalista que quase ignora o estatuto da diferença, e por outro, do hábito do século XIX de hierarquizar as culturas” (idem).

Segundo Tezvan Todorov (1999, p. 302) ao descobrirmos o *outro*, descobrimos um pouco de nós mesmos, um outro *eu*. Buscando a igualdade, encontramos nas diferenças. O importante, para ele, é viver a diferença na igualdade. Assim diz: “Queremos a igualdade sem que ela acarrete a identidade, mas também a diferença, sem que ela degenera em superioridade/inferioridade;... aspiramos à recuperação do sentido do social, sem perder a qualidade do individual.” (Todorov, 1999, p. 302).

Segundo Michel de Certeau (1994, p.72), quando analisamos as práticas sociais de um outro, devemos compreendê-las engendradas em um universo próprio, universo construído em meio a valores e princípios morais próprios a ele, e que, portanto, não devem ser desprezados.

Nesse contexto, acabamos nos deparando com o primeiro desafio: como utilizar bens histórico-culturais em atividades turísticas, considerando os argumentos apresentados anteriormente? A resposta não é fácil, pois se fosse, não encontraríamos tantos estudos na atualidade debruçando-se sobre o tema, qual seja: a forma como a atividade turística vem se apropriando de bens histórico-culturais para implementar equipamentos turísticos, sem, contudo, levar em consideração as populações locais, sua história, cultura e tradições.

### **História e Cultura como capital social**

A importância da história e da cultura no mundo contemporâneo vai além dos ideais preservacionistas que impulsionaram nas últimas décadas os mais tradicionalistas especialistas no tema. História e cultura são valores reconhecidamente atestados na contemporaneidade como instrumentos propiciadores de desenvolvimento humano, econômico e sociocultural.

Na Europa, em 1998, a Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, instituiu como objetivos a adoção da política cultural como chave da estratégia de desenvolvimento, visando à promoção da criatividade, a participação na vida cultural e a preservação da diversidade cultural e lingüística dos países.

Desde então, a contribuição da cultura na economia mundial tem sido reconhecidamente atestada por inúmeros estudos. Helena Sampaio, Patrícia Rodríguez Alomá, Cristiano Braga, Jorge Werthein, entre outros, são unânimes em destacar a importância da cultura no mundo contemporâneo. Além de fortalecimento da coesão social, geração de renda, aumento do capital social e humano das nações, a cultura contribui para o crescimento pessoal, para a aquisição de habilidades e para a afirmação da imagem dos países. Além disso, a cultura é peça chave da economia do conhecimento, podendo significar estímulo permanente para outros setores (Werthein, 2003, p.16).

A frase de Werthein é extremamente significativa da contribuição da cultura e da história no mundo contemporâneo. Segundo ele, cultura e história, como capitais sociais, mobilizam e estimulam

[...] o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, a participação, a promoção de atitudes que favoreçam a paz e o desenvolvimento sustentado, o respeito a direitos, enfim, a capacidade da pessoa humana e das comunidades de regerem o seu destino. (Werthein, 2003, p. 16)

Um trecho do Programa de Governo para a área da Cultura da gestão da Prefeita Marta Suplicy para o município de São Paulo <sup>2</sup>, é significativo para confirmar a importância da cultura como veículo de desenvolvimento. Segue trecho:

A Cultura, mais do que nunca, está no coração do verdadeiro desenvolvimento como fator preponderante de integração étnica e social e, sobretudo, como processo de transformação da própria sociedade. Deve ser entendida não apenas como progresso material ou formação de recursos humanos, mas como possibilidade de exercício, na sua plenitude, das potencialidades de cada indivíduo. (Apud: Brant, 2001, p.09)

Na sociedade pós-industrial a cultura é um dos setores de mais rápido crescimento. No Brasil, somente o setor cultural vem movimentando aproximadamente R\$ 7 bilhões por ano. O mercado cultural no país, em 1998, constituiu-se o sexto maior gerador de postos de trabalho, diretos e indiretos, equivalendo-se ao do setor comercial.

---

<sup>2</sup> Texto produzido pela Conferência Municipal de Cultura, realizada em 1999, pelo Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT). Apud: Brant, 2001, (ps. 09-10).

Somente o Estado da Bahia, recordista em investimentos no setor, aplica 4,4% do PIB em cultura (Braga, 2003, p. 53-4).

Entretanto não se iludam, meus caros leitores com tais números ! Esses são apenas indicações, já que ainda sofremos com a ausência de estudos que atestem efetivamente a contribuição econômica da cultura no desenvolvimento do país. Faz-se necessário um “inquérito na área da cultura”, um Censo Cultural ou um Sistema de Registro de Informações na área que possibilite a “coleta de informações com periodicidade mais freqüente e de maneira articulada com o formato, os conceitos, e as classificações que o comporiam”. Em sua crítica, afirma que tal empreendimento deveria contar com a colaboração de instituições e personalidades da área de produção cultural, juntamente com o IBGE e outros parceiros (Oliveira, 2003, p. 206).

No Brasil, nos últimos anos, iniciou-se o aprofundamento de estudos com relação ao tema, incluindo aí o que ele designou de “os primeiros passos na montagem do Sistema de Informações Culturais”. Tal programa encontra-se diretamente vinculado à UNESCO/IPEA e conta com a participação do IBGE, do Ministério da Cultura e de instituições ligadas às atividades culturais no país, como a Fundação João Pinheiro, por exemplo (Gomes, 2003, p. 207).

Para Jorge Werthein tal conhecimento é fundamental, pois, além de

[...] ampliar o seu desempenho como um fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia, favorecendo a criação endógena, melhor organização do processo de produção e acesso aos bens culturais. (2003, p. 15)

### **O embate teórico-metodológico**

Nas últimas décadas, o interesse por bens históricos e culturais, assim como por meio ambiente, acarretou *usos* diferenciados por diversos sujeitos e agentes. Esse *uso* contribuiu para acelerar as transformações, assim como os impactos, junto às comunidades, suas manifestações e espaços.

A sub-utilização, mau utilização ou inutilização dos objetos histórico-culturais e ambientais por parte dos mais diferentes agentes, despertou a preocupação para com a proteção, a conservação e a interpretação do patrimônio.

Para além de buscarmos discutir conceitos e noções de patrimônio – tema que demandaria um único texto, quando não vários textos ! - recorreremos a Françoise

Choay (2001) para esclarecer a qual patrimônio nos referimos. Patrimônio, segundo o *Dictionnaire de la langue française* de É Littré, significa “bens de herança que é transmitido, segundo leis, dos pais e das mães aos filhos” (Apud: Choay, 2001, p. 11).

Tal concepção vem sofrendo alterações de interpretação que a fragmentaram em diversas outras expressões: patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, tecnológico, arqueológico, cultural, natural, genético, etc. Mas em todos eles o fundamento é o mesmo:

Bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (Choay, 2001, p. 11)

A utilização desse patrimônio – material e imaterial – em atividades turísticas tem sido recorrente em diversos lugares no mundo já há bastante tempo, basta observarmos as cidades medievais na Europa, cidades no Egito, as ilhas Gregas, as ruínas no Peru, no México, etc. À essa utilização costuma-se denominar Turismo Cultural.

Na definição de Zarza (2002, p.26), turismo cultural é a atividade praticada por “aquelas pessoas que se deslocam de seu lugar de residência para conhecer e desfrutar da paisagem, do patrimônio histórico-artístico-monumental, festas, gastronomia de outros lugares bem como para participar de eventos científicos e culturais” tem crescido, fato bastante referido na literatura pertinente<sup>3</sup>.

O turismo cultural abrange um leque muito amplo de interesses e de diversidades de espaços o que mostra ser um turismo complexo de recursos. Há necessidade de melhor conhecê-lo para um planejamento adequado e efetuar uma promoção e aproveitamento turístico sustentado.

No Brasil, segundo John Swarbrooke (2000, p. xii), o turismo cultural, depois de ter passado por “um exaustivo processo de concepção e aproveitamento”, apresenta-se hoje como “um segmento passível de ser um diferencial frente aos mercados concorrentes internacionais”.

Contudo, alguns autores são taxativos quanto ao uso que se faz de tais recursos em atividades turísticas, afirmando que muitas vezes estas - por controlar e delimitar

---

<sup>3</sup> Para John Swarbrooke o que denominamos como turismo cultural compreende inúmeros recursos da criação humana e suas diversas facetas (2000, p. 36).

lugares ou objetos como mercadorias a serem exploradas -, acabam forçando o turista a ignorar a identidade do lugar, sua história e cultura, banalizando-os.

Maria Isabel Villac (Apud: Choay, 2001) afirma que “as ações sobre o que se considera patrimônio tendem a precipitar uma falsa consciência de seu valor” já que muitas vezes desconsidera elementos intrínsecos à sua própria constituição como bens, sejam eles de quaisquer tipos. Segundo ela:

A transformação do entendimento do patrimônio, nas práticas atuais, como produto de consumo e espetáculo, banaliza a dimensão fundamental que o inaugura. Esquece, pela forma indiscriminada com que se metamorfoseia seu valor de uso em valor econômico, que as decisões desta natureza implicam em discutir o destino de obras arquitetônicas e, sobretudo, o futuro das cidades, com base no reconhecimento de seu valor histórico e estético. (Villac, Apud: Choay, 2001)

Ana Fani A. Carlos (1996) refletindo sobre o uso do espaço pelo turismo também critica a homogeneização dos lugares que transforma o tempo em linear - criando ilusões turísticas de lugares imaginários, onde os sonhos são manipulados -, reforça a hierarquia social com a criação de lugares fechados - exclusivos, altamente, com ausência de identidade -, transformando o lugar apenas no que pode ser visto, fotografado e depois esquecido. Assim afirma:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o espetáculo para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o realé metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. (Carlos, 1996, p. 31)

Outro trecho do Programa de Governo para a área da Cultura do Governo Marta Suplicy, demonstra também a preocupação com a má utilização de bens culturais como produtos. Segue o trecho:

A rapidez e a agressividade da globalização vêm impondo aos países periféricos o afastamento de suas referências culturais, desrespeitando a singularidade de expressão de cada povo e levando à diluição de suas culturas genuínas. (Apud: Brant, 2001, p. 09)

Outros estudiosos, entre eles Néstor Canclini (1997), afirmam a necessidade no mundo contemporâneo globalizado de se utilizar tais recursos como forma de preservação dos próprios bens culturais e históricos, sejam eles locais, regionais ou nacionais. Segundo eles, importa mais, a forma como o planejamento dessas atividades é desenvolvido e a quem as políticas públicas - a elas relacionadas - estão direcionadas.

Ao planejar uma atividade turística devemos ter muito cuidado para não passarmos os limites entre apreciação e invasão já que “[...] à que o turismo interfere na manifestação em questão, pode descaracterizá-lo e até provocar sua extinção como recurso cultural, transformando-a em recurso comercial”, como por exemplo o carnaval carioca (Barreto, 1991, p. 97).

Da mesma forma, afirma Rita de Cássia Cruz (2001, 09) que “à política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada”.

Quando isso não ocorre, a atividade turística se dá à revelia. Ou seja, tendo, por fim, muitas vezes, os interesses e as iniciativas particulares, desconsidera-se o papel essencial que o turismo pode desempenhar junto à sociedade como instrumento de preservação de tradições, história e cultura, e mecanismo de inclusão social, na busca de melhor qualidade de vida, por um desenvolvimento sustentável.

### **Planejar para preservar e/ou vice-versa**

Momento importante, em que as manifestações culturais ganham o centro das atenções como atividades que podem contribuir para o desenvolvimento de economias locais e regionais, cabe investigar como determinados setores da sociedade se apropriam de bens culturais para implementar políticas públicas e quais os impactos dessas políticas junto aos seus “produtores”.

A relação produtores - apropriadores nos remete a uma discussão entre o próprio status da história como “coisa” do passado e patrimônio como “coisa” do presente o que, equivocadamente, remete à idéia de passado-atraso e presente-progresso.

A pesquisa de Izabela Tamasso (1998) sobre a cidade de Espírito Santo do Pinhal nos permite, pelo menos inicialmente, elucidar tal quadro. Segundo ela,

[...] nos conflitos referentes ao patrimônio preservado, os debates sempre oscilam entre a permanência de um passado, a valorização de uma história, a manutenção de uma tradição, e a busca pelo progresso, a valorização do desenvolvimento e a escolha por um futuro mais promissor. (Tamasso, 1998, 2002, p. 43)

A junção desses elementos - história, tradição, memória, passado, desenvolvimento sustentável, turismo, progresso -, pode ser alcançada por meio de um bom e cuidadoso planejamento.

O planejamento é um elemento fundamental para o sucesso de um empreendimento. Atualmente todos sabem que para expandir, é preciso planejar. Planejamento significa alocação de valores e objetivos junto com recursos, diagnosticando carências segundo regras e procedimentos aceitos como razoáveis por um conjunto de técnicos (Cardoso, Apud: Barreto, 1991, p. 86).

Além disso, o planejamento atualmente deve contar com a participação de um número de pessoas que representem de forma igualitária os interesses e preocupações com o plano em questão. Desta forma, além de as decisões e as ações que se seguirem alcançarem legitimidade junto à comunidade - pois se deram de forma democrática -, esta comunidade assumirá em conjunto os possíveis riscos, fracassos e acertos pela escolha.

Um fator importante para o sucesso de projeto é o desenvolvimento de um levantamento de dados cuidadoso e imparcial que possibilite ao planejador um melhor conhecimento do objeto em foco. Quando o banco de dados é feito de maneira criteriosa, contando com técnicos e especialistas, com certeza, a chance de seu resultado ser positivo será muito maior.

Com relação ao turismo, o planejamento segue os mesmos princípios. É um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento, fixando modelo de atuação, mediante estabelecimento de programas/ações/diretrizes com as quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar-se ao conjunto macroeconômico em que se está inserido (Muller, 1994, p. 242).

Base sobre a qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico, o processo de planejamento não pode dispensar o inventário de elementos – e sua avaliação -, que compõem o objeto em questão. O conhecimento prévio e a avaliação de atrações, ou atrativos, são fundamentais para a determinação das medidas a serem implantadas como: adequação de equipamentos e atividades e as dimensões da demanda às características locais.

O turismo, por ser uma atividade que transcende a esfera econômica: precisa ser planejado, levando-se em conta aspectos de natureza qualitativa e quantitativa, como também os de natureza social (Barreto, 1991, p. 30). Um bom planejamento de turismo “requer uma profunda pesquisa social”, em que a neutralidade deve ser posta de lado. Para ela, antes de iniciar um projeto é necessário “um estudo aprofundado de todo o

contexto presente, da conjuntura socioeconômica em que o plano está inserido, assim como do próprio planejador” (idem, p.13).

Para que um projeto seja efetuado inúmeras etapas devem ser consideradas, entre elas, o levantamento de fontes e métodos específicos, que serão aplicados para a coleta das informações necessárias à elaboração da proposta. A utilização de métodos científicos permeando e orientando o processo de planejamento de atividades dá ao projeto, além de mais segurança, mais credibilidade também (Barreto, 1991, p. 14).

Várias são as fases que compreendem desde a elaboração de um projeto até a sua execução. Cada uma delas detém especificidades e complexidades próprias e estão sujeitas a “um permanente fluxo de informações e retroalimentação” (Barreto, 1991, p. 26). O planejamento como uma atividade que compreende várias etapas, não é, portanto, algo estático “é um devir um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo” (Barreto, 1991, ps. 12-13).

Sendo, portanto, um processo dinâmico, cuja permanente revisão e correção de rumos (caso sejam necessárias) são imprescindíveis, a participação da comunidade é condição indiscutível. Segundo Müller,

[...] a experiência sobre este tema demonstra que toda manobra que se empreende com o objetivo de resguardar o patrimônio é muito mais eficaz e conta com maiores possibilidades de êxito se dela participam e se envolvem os membros da comunidade que a ela pertence, da comunidade que o contem e que encontra nele rastros que atuam como suporte de sua identidade. (Müller, 1994, p. 244)

Entretanto, para que a comunidade participe, ela mesma tem que se identificar com o objeto, ela tem que se sentir parte integrante e importante no processo de construção e transformação desse objeto. Antes, ainda ela tem que conhecer esse objeto, se identificar com ele, amá-lo, admirá-lo e respeitá-lo como parte de si. A falta de consciência coletiva acerca da preservação do patrimônio é sem dúvida um ponto negativo e que interfere, decisivamente, no desenvolvimento de um plano turístico que visa utilizar-se de bens históricos e culturais em suas atividades (Müller, 1994, p. 244).

Müller coloca alguns passos para que se opere, junto à comunidade, esta consciência sobre o patrimônio. Além de colocar a análise do contexto em que se vai atuar e a reconstrução das relações entre os diferentes tecidos sociais como passos importantes, ele considera que se deve “atuar na formação e conscientização de ‘elemen-

tos' que estão em contato direto com o patrimônio e o público, e onde o turismo possa se desenvolver" (1994, ps. 245-46).

Ao planejar uma atividade turística devemos ter muito cuidado para não passarmos os limites entre apreciação e invasão. Barreto (1991, p. 97) faz uma severa crítica à forma como a atividade turística vem sendo desenvolvida na América Latina, sem levar em conta os impactos naturais, sociais e culturais aos quais as populações nativas estão sendo submetidas.

Segundo ela, em muitos lugares, o turismo tem sido o elemento para propagação da desigualdade, das injustiças e da pobreza - o que é inconcebível ! - quando "... leva até a porta dos pobres a opulência de uma classe abastada, numa sociedade que não dá ao indivíduo a possibilidade de atingir os padrões do visitante, criando para ele, assim, inúmeros conflitos e frustrações" (Barreto, 1991, p. 98).

Ana Ma. Dupey (1998, p. 28) preocupa-se com manifestações folclóricas ou típicas de determinadas sociedades - ou grupos sociais específicos -, que são apresentadas ou reproduzidas fora do seu local de origem, basicamente, por interesses econômicos (comerciais e financeiros). Tais manifestações acabam perdendo seu valor de fenômeno folclórico original, pois passam a ser uma produção ou reprodução daquele.

A preservação das manifestações culturais é, portanto, fator primordial para o desenvolvimento de atividades turísticas. Cabe indagar: como equilibrar preservação de tradições e patrimônio com desenvolvimento econômico? Esse é o grande desafio!

Como diz Teodoro, "... num país de deserdados, como criar uma política de preservação do patrimônio?" (Teodoro, 2003, P. 14). O turismo, com certeza, é uma importante alternativa.

Assim se coloca Rita C. Cruz (2001, p. 158):

Não é a autenticidade em si que importa, mas tudo aquilo que ela pode significar, como por exemplo, a perda da identidade ou a perda da possibilidade de tornar o turismo veículo de algum desenvolvimento local, (...) pela exclusão social e espacial dos habitantes desses lugares. (Cruz, 2001, p. 158)

É, portanto, imprescindível planejar de forma consciente, encontrando estratégias para um melhor aproveitamento turístico das construções históricas, assim como, das manifestações culturais. Desta forma, estaremos colaborando para a preservação das tradições culturais locais e regionais.

O que se observa é que, muitas vezes, a política de turismo praticada no Brasil, não considera tais fundamentos, ficando restrita aos fatores mercadológicos da atividade. Uma política de turismo “deve abranger o aspecto social e psicológico dessa atividade, a fim de que ela seja vista como uma atividade humana que deve, como o lazer, ser parte essencial da vida” (Barreto, 1991, p. 94).

Exemplos de ações positivas e negativas com relação à preservação da história e da cultura e sua utilização em atividades econômicas, não são raras. O Governo de Cuba, desde os anos 80 vem desenvolvendo um plano de restauração do Centro Histórico de Havana, declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1982 (Alomá, 2003, p. 117).

Desde então, inúmeras ações foram sendo desenvolvidas pela *Oficina del Historiador da Cidade de Havana* com a finalidade de restaurar os imóveis do Centro Histórico que se encontravam em situação crítica no que concerne à estrutura, ao saneamento, rede de água, energia e telefonia e, principalmente, como também no que se refere à questão da marginalidade que caracteriza a região (Alomá, 2003, p. 119).

A saída encontrada foi a restauração desses imóveis e sua re-utilização ou utilização para outros fins, por exemplo, comerciais. Assim, aos valores socioculturais do Centro Histórico, somou-se uma nova visão econômica. A visão do patrimônio como algo produtivo, cuja eficiente exploração por meio de uma ótica cultural e de desenvolvimento social vem permitindo a continuidade de um projeto reabilitador com dimensão mais integral (Alomá, 2003, p. 120).

Mas o marco das ações junto ao patrimônio cubano dá-se em 1995 quando o Conselho de Ministros proclama e declara o Centro Histórico de Havana “zona de grande significação para o turismo” e amplia as faculdades da *Oficina* permitindo-lhe administrar os imóveis, inclusive cuidando dos aluguéis, por meio da concessão de usufruto por 25 anos. Essa ação possibilitou a continuidade da política de preservação, reabilitação, restauração e requalificação da região a partir de sua re-inserção no mundo contemporâneo (Alomá, 2003, p.121).

A lição que se tira dessa experiência é que, a despeito de ser o Estado cubano um dos últimos representantes do socialismo no mundo, de forma controlada ele adere à práticas reconhecidamente capitalistas – como o turismo - para salvaguardar um patrimônio que não pertence somente a eles, mais a toda a humanidade.

Alomá reconhece a importância do turismo como “uma das principais fontes de obtenção de recursos” para o resgate do Centro Histórico de Havana, porém, alerta que este deve comprometer-se com a integridade da própria comunidade, sua história e cultura, evitando “desequilíbrio do setor terciário, perda do caráter residencial popular, folclorismo, etc” (2003, p. 124). Suas palavras são significativas do sentido que se espera para as atividades turísticas em Havana:

A exploração do turismo em territórios altamente valiosos deve ir acompanhada de uma grande sensibilidade e conhecimento daquelas razões que são as que precisamente os tornam atrativos. Todos os temas requerem, então, um tratamento especial, desde os sociais até os que competem ao âmbito físico, que resgatados na sua justa medida e conciliados com sua época, sejam capazes de brindar um produto genuíno e não resultem em más caricaturas que matem a ‘galinha dos ovos de ouro’. (Alomá, 2003, p. 125)

Um outro exemplo de planejamento bem sucedido está no Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento, elaborado em 1973, para as cidades de Ouro Preto e Mariana/MG. Por este plano buscava-se uma saída para o desenvolvimento econômico da região sem que o patrimônio - histórico, artístico, arquitetônico, cultural, natural, etc. -, fosse impactado. Pretendia-se, por meio de uma metodologia de planejamento integrado contemplar os diversos aspectos da sociedade, especificamente, os sociais, econômicos, institucionais e físico-territoriais (Queiroz, 1984, p. 193).

Constituiu-se uma equipe interdisciplinar que trabalhou durante 1 ano e 4 meses e foi formada por profissionais das mais diversas áreas, como arquitetos, economistas, sociólogos, historiadores, geólogos, administradores, etc. A equipe foi dividida em 4 setores os quais deveriam fazer o levantamento de áreas designadas e elaborar um plano de ação. Inúmeros documentos foram elaborados a partir dessa iniciativa, entre eles: Consolidação das Leis Urbanas, Relatório dos Aspectos Demográficos de Ouro Preto e Mariana - incluindo as áreas da educação, Saúde, Habitação, Lazer, Assistência e Promoção Social (Queiroz, 1984, p. 194).

O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, apesar de servir de modelo para outras cidades, não foi colocado em andamento devido a inúmeros fatores, entre os quais podemos citar razões “político-institucionais” relacionadas à domínios políticos e territoriais dos distritos de Passagem e Saramenha (que ficam localizados entre as duas cidades), e a “falta de determinação dos governos estadual e federal” que não se entenderam quanto à criação de um pólo ou comitê administrativo que gerisse o Plano que beneficiaria toda a região. Aliás, como já

ocorria com as cidades de São João del Rei e Tiradentes que elaboraram, desenvolveram e colocaram em prática um projeto em conjunto (Queiroz, 1984, p. 195-201).

Contudo, o fracasso do Plano não foi total. A partir dele uma série de outras iniciativas na própria região das Minas foi se sucedendo. A própria Ouro Preto, vem se ocupando em desenvolver ações no sentido de preservar o patrimônio local, mesmo porque a demanda do turismo histórico-cultural hoje é bastante superior à época da elaboração do Plano. Outras necessidades surgiram, outros desafios apareceram e as soluções devem, continuamente, ser buscadas.

Uma curiosa coincidência serve-nos também de exemplo de ações voltadas para a preservação – ou não – de bens histórico-culturais em cidades brasileiras. O Parque Dr. Fernando Costa na cidade de São Paulo, mais conhecido por seu antigo nome “Parque da Água Branca”, foi tombado como patrimônio cultural da cidade pelos órgãos de preservação estadual (1996) e municipal (2004). Para entender a importância atribuída ao Parque pelos órgãos governamentais, transcrevo aqui o texto de apresentação elaborado pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo.

Como se não bastasse, há outro ingrediente compondo a magia do Parque da Água Branca. Seus perenes bancos de concreto, nos quais foram impressas mensagens publicitárias da década de 1960. Tapetes, fósforos, artigos de armarinho, insumos agropecuários, produtos para caça e pesca. Anúncios do passado nos remetem para endereços que já não existem, para telefones de seis algarismos. Uma âncora lançada em direção ao futuro que habitamos hoje; que nos atinge como um convite para entrar no túnel do tempo e enxergar a mesma paisagem que desfilou sob os olhos de nossos pais e avós, trilhar os mesmos caminhos que povoaram seus momentos de lazer. As árvores são as mesmas, embora décadas tenham se passado. Os passarinhos não são diferentes dos de nossos passeios infantis? Como recitava uma velha canção, “o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim: tudo é igual” e contribui para nos impulsionar em nossa viagem no tempo. [...] Com isso, busca-se “projetar para as futuras gerações o mesmo encanto que hoje ele exerce sobre os que o freqüentam. O passado vai continuar propiciando ao futuro momentos de lazer, ar puro e cultura.”<sup>4</sup>

O mesmo não podemos dizer quanto às ações voltadas para a preservação da história e cultura na cidade de Espírito Santo do Pinhal/ SP, minha cidade natal que, a despeito de ter um patrimônio histórico reconhecido como bem a ser preservado pelo órgão de defesa do Patrimônio Histórico Estadual (CONDEPHAAT), vem ao longo de

---

<sup>4</sup> Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (site oficial do Município de São Paulo). Ver Bibliografia.

sua história destruindo a golpes de tratores <sup>5</sup>, britadeiras e enxadas, a memória das gerações passadas.

Nos últimos meses assistimos a mais uma dessas violentas ações desfechadas sobre os bancos assentados em uma Praça centenária da cidade, a Praça da Independência mais conhecida como Praça da Matriz.

Em tempo de refletirmos sobre meio ambiente, aquecimento global e os usos que temos dado aos recursos naturais e histórico-culturais, a crônica *Quem mexeu no meu banco ?* de Luiz Gonzaga Tessarine apresentada na edição de 26/05/07 do jornal local *A Cidade*, foi bastante pertinente pois, nos obrigou a refletir sobre qual destino estamos dando às nossas árvores, às nossas praças, aos nossos bancos (de praça !), enfim, à nossa história ? E mais: em nossa querida Pinhal, que ações públicas podemos listar percorrendo essa direção ?

O artigo de Tessarini (2007, p. B1) questionava a substituição dos bancos antigos da Praça – ali instalados na década de 60 - por outros que segundo o cronista além de serem menos confortáveis, reforça a desconsideração dos órgãos públicos com relação aos bens constituídos historicamente, em determinada época e lugar, e que são representativos da memória, da história e da cultura de um povo.

Bela Rainha das Serras, assim conhecida em todo o Estado de São Paulo desde os tempos áureos do café, situada aos pés da Serra da Mantiqueira, constituiu ao longo de mais de 150 anos uma paisagem urbana representativa do período Republicano do início do século XX, cuja relevância histórico-artística-arquitetônica está à mostra nas fachadas dos casarões, das casas de show e teatro, nas Igrejas e nas praças.

Contudo, ao longo das últimas décadas, a despeito da legislação estadual que protege seu núcleo histórico e mais 11 imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, essa paisagem vem sendo destruída – com a conivência dos órgãos públicos - sem nenhuma culpa (Tamaso, 1998). Não se assuste, então, caro leitor se um belo dia em suas andanças pelo interior desse país não se deparar com a Bela Rainha das Serras e alguém o questionar: Bela Rainha das Serras ! Que Serras ? Bela das Araucárias ! Que araucárias ? Bela dos morros e Largos ! Que Largos ? Bela das construções históricas do início do século XX! Que construções ? Bela em histórias e memórias ! Que histórias ? Que

---

<sup>5</sup> Da prática de se derrubar imóveis em Pinhal utilizando-se tratores, nasceu a expressão *Tratorando a História*, criada por Izabela Tamaso para elucidar a prática de destruição do patrimônio edificado pinhalense. Sobre isso, conferir Tamaso, 1998.

memórias ? Meu Deus ! Daqui alguns anos, possivelmente, nos perguntaremos: cadê Pinhal ?

Assim, por tais exemplos e tantos outros que com certeza percorrerá sua lembrança, percebemos que no Brasil, assim como em grande parte da América Latina, muito ainda está por se fazer, já que faltam estudos que visem ressaltar a importância da preservação da história e da cultura para o desenvolvimento social e pessoal, transformando-os em capital social, cujas funções ultrapassam a busca por desenvolvimento econômico local ou regional. Por meio do desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a preservação dos bens histórico-culturais poderemos alcançar a sustentabilidade e a continuidade desses bens para as gerações futuras.

### **Conclusão: os desafios das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural**

É indispensável (...) implementarmos políticas públicas capazes de incrementar o acesso à criação, à produção e à fruição dos bens culturais, convertendo a Cultura no veículo mais eficaz de inclusão social, através de ações que se baseiem no respeito à diversidade e à diferença. (PGC, Apud: Brant, 2001, p.09)

Em todo mundo atualmente as políticas públicas vêm buscando apropriar-se do que a natureza, a história e a cultura têm de mais singulares para o desenvolvimento sócio-econômico, visando principalmente, inclusão e sustentabilidade.

O trecho apresentado acima faz parte do Programa de Governo para a área da Cultura da administração Marta Suplicy, e confirma a importância que a cultura vem adquirindo junto às políticas públicas (PGC, Apud: Brant, 2001, p.09).

Alfons Martinell (2003, p. 94), também concorda com a visão de que a valorização da cultura no setor público “tem importância fundamental, sobretudo pelos seus grandes aportes à democracia e à convivência”. Entretanto, calcular um valor ou retorno das políticas culturais, ou seja, sua “rentabilidade social” – o que ele designa de mais valia da cultura -, junto às sociedades é tarefa difícil. Alguns efeitos são claramente observáveis, enquanto outros não. Em suas palavras, “... onde se colocam equipamentos culturais existe vida noturna e a violência e a insegurança sofrem redução” (Martinell, 2003, p. 102).

Ainda sobre isso afirma Sampaio <sup>6</sup>:

Cultura é feita de teias de significação que nos permitem a construção do entendimento. E esse entendimento, no sentido mais habermasiano, para a inclusão social, para a superação da pobreza, para a defesa do meio ambiente e as condições para a paz. (Sampaio, 2003, p. 44)

Visto desta forma, cultura adquire aqui diferentes dimensões e funções, que, quando justapostas, na concepção de Helena Sampaio (2003, p. 44), têm “por objetivos estratégicos tanto reconhecer a complexidade do termo como o de ressaltar a sua importância ‘funcional’ para o desenvolvimento social e pessoal”.

Entretanto, algumas questões devem ser levantadas, como nos propõe Ana Maria O. Gautier (2003, p. 76), quando tratamos de analisar tais políticas, quais sejam:

Para quem estão desenhadas as políticas culturais de diferentes tipos de instâncias institucionais ou organizacionais ? Como se implementam essas políticas, ou seja, como se media a relação com a população para as quais foram desenhadas ?

Mais do que respondê-las, devemos antes de tudo, considerar tais políticas em seu próprio contexto, já que em política cultural costuma-se “frequentemente existir uma distância enorme entre o desenho das políticas e sua prática” Gautier (2003, p.76).

Faz-se necessário, portanto, como nos propõe Jorge Werthein (2003, p. 16):

[...] compreender as práticas culturais, identificá-las, compreender sua relação com os lugares, com a cidade, com o ambiente. É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja na sua condição de produtores, de consumidores ou de gestores. É importante compreender as regras que regem suas relações, entre si e com a produção de cultura, sejam a legislação, as condições de formação profissional, suas organizações, suas interdependências”.

Nesse sentido, é fundamental a participação da sociedade civil no processo de decisão sobre o que é patrimônio e o que não é. Tal prática garantiria a democratização dos bens considerados patrimônio. Patrícia Alomá considera que sem a participação e o envolvimento da comunidade no Plano relacionado ao Centro Histórico de Havana, este talvez não pudesse ter se desenvolvido. Aliás, o próprio Plano <sup>7</sup> contempla a participação da comunidade como fator essencial para seu desenvolvimento. Segue trecho que atesta tal afirmação:

---

<sup>6</sup> Dessa visão compactua Alomá (2003, p. 117). Para ela, os princípios à qual a cultura se vincula são irrefutáveis, já que podem estar ligados à identidade nacional e justiça social.

<sup>7</sup> *Plan de Desarrollo Integral de La Habana* Vieja (Avance). Oficina del Historiador de la Ciudad. Dirección de Plan. In: Alomá, 2003, p. 123.

Os valores da Havana Velha não só estão contidos nos edifícios que a conformam; seus habitantes lhe conferem um caráter singular e sem eles o lugar careceria de espírito. A paisagem urbana está indissolivelmente ligada à paisagem humana; envolver os habitantes no processo de reabilitação, e torná-los partícipes e protagonistas dele, resulta um fato indiscutível. (Apud: Alomá, 2003, p. 123)

Apesar de inúmeros exemplos de administração participativa em que a comunidade pode opinar e decidir e de planejamento estratégico voltado para segmentos específicos da sociedade e sua sustentabilidade, o que observamos são “indícios” ou “resquícios” da forma conservadora de planejamento, escolhida por muitos gestores. Se esquecem que a comunidade local, o habitante, é o principal elemento para o sucesso do Plano. Portanto, além de participar da sua confecção, precisa ainda que esteja inserido em suas etapas de execução, que seja sujeito dessa transformação. Há que se dêem vozes a ele para que se identifique e se reconheça como construtor deste processo.

As políticas culturais no Brasil e, sobretudo, aquelas ligadas à preservação do patrimônio histórico, não são, segundo Izabela Tamaso “coadunadas com os projetos de desenvolvimento”. Para ela, são projetos que “não se misturam” sendo percebidos como “antagônicos” entre si (1998, 2002, p. 43).

Em virtude da diversidade e riqueza histórico-cultural brasileira as políticas públicas de preservação vêm desencadeando as mais variadas reações nas mais variadas localidades. Sendo assim, entender a dinâmica da recepção de tais políticas e seus impactos junto às comunidades envolvidas, além de possibilitar o conhecimento e a interpretação da própria sociedade brasileira – como nos propõe Tamaso – possibilita-nos refletir sobre seus fracassos e sucessos, seus riscos, desvios e acertos, o que conseqüentemente, pode nos levar a caminhos ou atalhos mais fáceis de trilhar numa estrada tão arriscada.

Para Alomá a preservação do patrimônio na atualidade deve passar por “um compromisso político” que vise consolidar “um modelo próprio de independência cultural, econômica e ideológica” e cuja principal premissa, seja a justiça social. Segundo ela, cabe ao setor público assumir o papel de protagonista no direcionamento da sustentabilidade econômica (2003, p. 133).

A importância de se investigar a presença da cultura - e aqui eu incluo, da história -, no desenvolvimento econômico de um país passa, na verdade, pela busca de

afirmação de muitos países perante as potências político-econômicas européias e norte-americana.

Nesse contexto, faz-se necessário pensar o lugar da América Latina na modernidade pós-industrial, no processo da globalização e do neo-liberalismo, como forma de reverter a decadência econômica e social das nações latino-americanas. Dessa forma, a América Latina poderá “transcender as formas predominantes de globalizar-nos como migrantes e devedores, e impulsionar um novo lugar no mundo como produtores culturais ” (Canclini, 2003, p. 37).

Assim afirma Canclini: “Não se trata de acreditar que vamos nos salvar pela cultura. Mas, talvez, nos ocupando de questões culturais, consigamos demonstrar que nem tudo depende das dívidas” (Canclini, 2003, p. 37).

Retomando o que colocamos no início deste texto, que história e cultura são indissociáveis, arrisco-me a dizer que se nem tudo depende das dívidas, talvez nossos bens histórico-culturais possam fazer a diferença ! Cabe demarcarmos, portanto, o tempo, o lugar, a diferença e as políticas para tal empresa. E podem ter certeza:

[...] lutaremos fervorosamente no sentido de fortalecer nossos próprios meios, conscientes de que o patrimônio não deve ser uma carga pesada sobre as costas dos povos pobres” ( Leal Spengler, Apud: Alomá, 2003, p. 133).

Desta forma, poderemos continuar nossas viagens em busca do desbravamento e revisitação ao passado e do conhecimento das mais remotas civilizações. Pois:

O homem que conhece outros lugares, quando volta, tem uma leitura diferenciada do seu próprio lugar. Seus olhos, seu ser, estão modificados. Modifica-se o seu ‘ser’ e, conseqüentemente, o seu ‘estar’. Passa-se não apenas a olhar, mas a ‘ver o seu lugar. Quebra-se o hábito da habitabilidade [...]. Pela alteridade, resgata-se a identidade. (Carvalho, s/d, ps. 100-01)

## Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 14724: trabalhos acadêmicos*. Rio de Janeiro, 2002.

AGOSTINI, Ailton J. Jacques Lê Goff: por uma nova fronteira entre Antropologia e História. In: SCHWARCZ, Lilia K. M.; GOMES, Nilma L. *Antropologia e História – Debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ALMEIDA, Maria Geralda de. *Políticas públicas e delineamentos do espaço turístico goiano*. In: ALMEIDA, Ma. Geralda de. (Org.) *Abordagens Geográficas de Goiás – o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: s/ed., 2002.

ALOMÁ, Patrícia R. Centro Histórico de Havana – Um modelo de gestão pública. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas/SP: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. Margarita/BANDUCCI, Álvaro. *Turismo e Identidade local – uma visão antropológica*. Campinas/SP: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. *Planejamento e Organização em Turismo*. Campinas/SP: Papirus, 1991.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BRAGA, Christiano. A cultura nas políticas e programas do Sebrae. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

BRANT, Leonardo. *Mercado Cultural*. São Paulo: Escrituras, 2001.

CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLOS, Ana F. A. O Turismo e a produção do não - lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita C. A. da (Org.). *Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996 (ps. 25-37).

CARVALHO, Pompeu F. de. Patrimônio Histórico e Artístico nas cidades médias paulistas – a construção do lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita C. A. da. (Org.). *Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996 (ps. 25-37).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1982.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DUPEY, Ana Maria. (1998). Folklore y Turismo. In: *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Santa Fe (Arg), CIET. Vol. 07. No. 01 (ps. 24-31)

FALCÃO, Joaquim A. Política Cultural e Democracia – a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

GAUTIER, Ana Maria O. Indicadores culturais para tempos de desencanto. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koo- gan, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRIPPO, BEATRIZ S. y PASCALE J. C., *Relaciones Patrimonio/Sociedad/Turismo: su aplicación en las experiencias municipales*. Sao Paulo, HUCITEC, 1996.

GOMES, Gustavo M. Primeiras ações para um programa de informações culturais no Brasil. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

GOMES, Nilma L. Apresentação. In: SCHWARCZ, Lilia K. M.; GOMES, Nilma L. *Antropologia e História – Debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: *A história nova*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990 (p.25-64).

MARTINELL, Alfons. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento - a experiência da Espanha. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

MENESES, Ulpiano T. B. Os “Usos Culturais” da Cultura – contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 88-99 (Col. "Geografia: teoria e realidade", vol. 30)

MÜLLER, Luís. (1994). Patrimonio Arquitectonico y Turismo – Apuntes para estrategias posibles. In: *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Santa Fe (Arg), CIET. no. 03 (ps. 242-48)

OLIVEIRA, Luís A. P. As bases de dados do IBGE – Potencialidades para a cultura. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável; a proteção do meio ambiente*. Campinas:Papirus, 1997.( Col. Turismo)

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura – apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SAMPAIO, Heloisa. A experiência do artesanato solidário. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

SCHWARCZ, Lilia K. M.; GOMES, Nilma L. *Antropologia e História – Debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIMÃO, Maria Cristina R. *Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Maria José (Org.). *Políticas Públicas e o Lugar do Turismo*. Brasília: Unb/ IH/ GEA/ Ministério do meio Ambiente/, 2002.

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. São Paulo: Aleph, 2000.

TAMASO, Izabela M. *A Expansão do Patrimônio – novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...* Brasília: DAN/UnB, 2006. Série Antropologia , no. 390.

\_\_\_\_\_. *Preservação dos Patrimônios Culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas*. Brasília: DAN/Unb, 1998 (Anuário Antropológico); Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tratorando a História – percepções do conflito na prática da preservação do Patrimônio Cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal*. (Dissertação de Mestrado, mimeo) UnB/Brasília, 1998.

TAMASO, Renata M. *Homens de Cor, Pretos e Coloreds – a construção dos espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros e suas representações em Espírito Santo do Pinhal/SP (1890-1930)*. Tese de Doutorado, UNESP/Assis, 2005.

\_\_\_\_\_. *Turismo Cultural e Turismo Religioso – Santa Luzia, Olhai por nós ! Proposta de Revitalização da Festa de Santa Luzia em Espírito Santo do Pinhal/SP*. Monografia de Especialização em Planejamento e Marketing Turístico. Águas de São Pedro/SP: SENAC, 2005.

TEODORO, Janice. *Memória e Esquecimento*. 2003, (Impr. Internet)

TESSARINI, Luiz G. Quem mexeu no meu banco ? In: *Jornal A Cidade*. Espírito Santo do Pinhal/SP. 26/05/2007 (Caderno B1)

TODOROV, T. *A conquista da América – a descoberta do outro*. São Paulo: Cortez, 1998.

WERTHEIN, Jorge. Introdução. In: CANCLINI, NESTOR G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZARZA, Eugenio. G. El turismo cultural en Castilla y León. El caso singular de las Edades del Hombre. Espanha: *Cuadernos de Turismo* (10), 2002. (ps. 23-67)

[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio_historico)

Recebido para publicação em julho de 2007

Aprovado para publicação em agosto de 2007